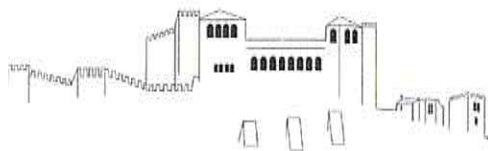


Município de Leiria

Grupo Autárquico

Contas Consolidadas

2015



Índice

I.	Introdução	3
II.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	4
II.1	Balanço Consolidado	5
II.2	Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza	7
II.3	Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais	8
III.	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	9
III.1	Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	10
III.1.1.	Entidades incluídas no perímetro de consolidação	10
III.1.2.	Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação	11
III.2	Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	14
III.3	Informações relativas aos procedimentos de consolidação	14
III.4.	Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos	14
III.5	Informações sobre saldos e fluxos financeiros	17
III.6	Informações relativas a compromissos	18
III.7	Informações relativas a políticas contabilísticas	18
III.8	Informações relativas a determinadas rubricas	21
III.8.1	Ativo Imobilizado	21
III.8.2	Ativo Circulante	22
III.8.3	Recursos Humanos e Remunerações aos Órgãos Sociais	23
III.8.4	Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros	24
III.8.5	Demonstração Consolidada de Resultados Extraordinários	24
III.8.6	Desdobramento das contas de provisões	24
III.9	Informações Diversas	25
IV.	Relatório de Gestão Consolidado	28



I - Introdução

Em 2015 e de acordo com o estipulado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) nomeadamente nos seus artigos 75.º e 76.º, os Municípios elaboram e aprovam as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, de modo a que as mesmas sejam submetidas à apreciação da Assembleia Municipal durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Assim, o grupo autárquico é composto pelo Município, como entidade mãe ou consolidante e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

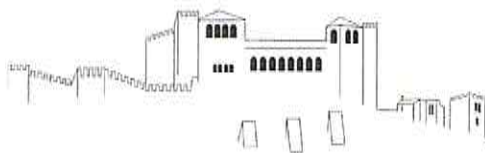
Os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas deve conter a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

O Município de Leiria apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), relativas ao exercício de 2015, reportado à data de 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo», que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas.



Município de Leiria

Grupo Autárquico

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

II. Demonstrações Financeiras Consolidadas

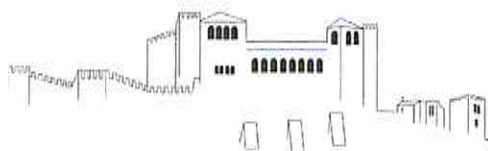
II.1 Balanço Consolidado

II.2 Demonstração Consolidada dos Resultados
por Natureza

II.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de
Operações Orçamentais

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like "L. F. Silva" and "A. Silva", along with various initials and marks.



Município de Leiria

Grupo Autárquico

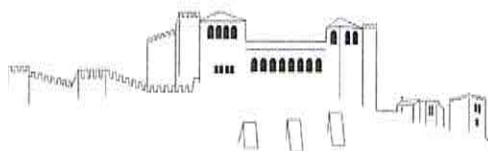
II.1 – Balanço Consolidado

ENTIDADE: Grupo Autárquico	Ano: 2015			Ano: 2014
	ATIVO			
	Inicial			
DESCRÇÃO	AB	A/P	AL	
ATIVO				
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	6.359.696,17	-	6.359.696,17	5.059.479,07
Outras construções e infra-estruturas	21.772.989,10	7.951.879,22	13.821.109,88	8.054.242,09
Bens do património histórico, artístico e cultural	101.297,73	290,62	101.007,11	96.315,73
Imobilizações em curso	23.287.557,24	-	23.287.557,24	23.287.557,24
	51.521.540,24	7.952.169,84	43.569.370,40	36.497.594,13
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1.467.799,47	1.467.799,47	-	-
Despesas de investigação e desenv.	-	-	-	-
Propriedade industrial e out. dir.	2.140.717,99	1.820.720,54	319.997,45	179.018,00
Imobilizações em curso	260.330,52	-	260.330,52	293.975,07
	3.868.847,98	3.288.520,01	580.327,97	472.993,07
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	11.678.925,59	-	11.678.925,59	10.432.514,89
Edifícios e outras construções	169.890.485,35	61.138.838,06	108.751.647,29	110.323.336,68
Equipamento básico	17.856.681,29	14.639.938,66	3.216.742,63	3.345.221,84
Equipamento de transporte	1.508.988,63	1.385.412,66	123.575,97	159.862,82
Ferramentas e utensílios	153.139,42	142.849,18	10.290,24	11.631,78
Equipamento administrativo	4.791.739,79	3.884.230,06	907.509,73	913.806,86
Taras e Vasilhames	8.458,87	7.887,35	571,52	617,16
Outras imobilizações corpóreas	465.946,64	354.298,69	111.647,95	107.850,97
Imobilizações em curso	101.149.141,75	-	101.149.141,75	101.420.631,46
	307.503.507,33	81.553.454,66	225.950.052,67	226.715.474,46
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	7.405.540,26	165.000,00	7.240.540,26	6.483.362,66
Investimentos em imóveis	1.591.755,95	75.101,95	1.516.654,00	1.265.155,06
Imobilizações em curso	10.822.878,33	-	10.822.878,33	10.822.878,33
	19.820.174,54	240.101,95	19.580.072,59	18.571.396,05
	382.714.070,09	93.034.246,46	289.679.823,63	282.257.457,71
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	662.445,66	5.375,93	657.069,73	727.825,00
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Mercadorias	-	-	-	-
	662.445,66	5.375,93	657.069,73	727.825,00
Dívidas de terceiros- Curto prazo:				
Empréstimos concedidos	360.000,00	-	360.000,00	360.000,00
Clientes, c/c	68.046,21	-	68.046,21	662.140,45
Contribuintes c/c	208.527,43	-	208.527,43	748.582,04
Utentes, c/c	2.654.725,64	-	2.654.725,64	2.086.433,58
Clientes de cobrança duvidosa	2.509.920,19	2.029.915,19	480.005,00	316.063,03
Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	27.146,06	-	27.146,06	161.149,26
Administração autárquica	-	-	-	-
Outros devedores	2.098.238,69	-	2.098.238,69	2.416.844,94
	7.926.604,22	2.029.915,19	5.896.689,03	6.751.213,30
Titulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	-	-	-	-
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos a Prazo	-	-	-	-
Depósitos bancários	33.464.937,83	-	33.464.937,83	22.731.466,27
Caixa	5.824,32	-	5.824,32	1.365,48
	33.470.762,15	-	33.470.762,15	22.732.831,75
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acrescimos de proveitos	28.090.603,70	-	28.090.603,70	25.347.063,79
Custos diferidos	321.294,20	-	321.294,20	584.212,81
	28.411.897,90	-	28.411.897,90	25.931.276,60
Total de amortizações		92.794.144,51		
Total de provisões		2.275.393,07		
Total do activo	453.185.780,02	95.069.537,58	358.116.242,44	338.400.604,36

Prestação de Contas Consolidadas 2015

• Largo da República, 2414-006 Leiria • N.º P.C.: 505 181 266 •

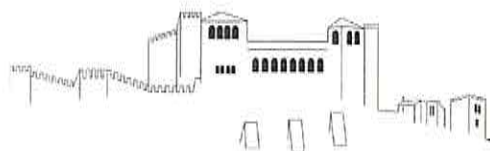
• Telef.: 244 839 500 • N.º Verde: 800 202 791 • Sítio: www.cm-leiria.pt • email: cmleiria@cm-leiria.pt •



Município de Leiria

Grupo Autárquico

ENTIDADE: Grupo Autárquico	Ano: 2015			Ano: 2014
	PASSIVO			
	Inicial	AJE	Final	Final
DESCRICÃO				
FUNDOS PRÓPRIO E PASSIVO				
Fundos Próprio:				
Património	101 221 272,03	-	101 221 272,03	91 867 838,93
Prestações suplementares	-	-	-	-
Prémios de emissão de ações (quotas)	-	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	217 314,79	-	217 314,79	261 881,91
Reservas de reavaliação	163 047,40	-	163 047,40	163 047,40
Reservas:	-	-	-	-
Reservas legais	22 913 074,54	-	22 913 074,54	22 340 226,43
Reservas estatutárias	-	-	-	-
Reservas livres	55 673,33	-	55 673,33	55 673,33
Subsídios	58 178,59	-	58 178,59	58 178,59
Reservas Doações	5 812 471,86	-	5 812 471,86	5 749 062,26
Reservas Transf. Activos	12 642 027,38	-	12 642 027,38	12 642 027,38
Resultados transitados	32 843 445,51	3 146,65	32 840 298,86	27 630 595,23
Subtotal	175 884 642,25	3 146,65	175 923 358,78	160 768 531,46
Resultado líquido do exercício	20 944 608,82	(74 520,00)	21 019 128,82	12 840 460,93
Total dos Fundos Próprios	196 829 251,07	(71 373,35)	196 942 487,60	173 608 992,39
Passivo:				
Provisões para riscos e encargos:				
Outras provisões para riscos e encargos	11 467 072,07	-	11 467 072,07	8 136 471,74
	11 467 072,07	-	11 467 072,07	8 136 471,74
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:				
Dívidas a instituições de crédito	42 997 269,83	-	42 997 269,83	49 225 184,90
Empréstimos obtidos	-	-	-	-
Outros credores	2 373 234,79	-	2 373 234,79	2 847 881,79
Fornecedores de imobilizado	856 883,52	-	856 883,52	1 713 767,16
Empresas do grupo	-	-	-	-
Administração Autárquica	374 098,47	-	0,05	-
	46 601 486,61	-	46 227 388,19	53 786 833,85
Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos obtidos	5 113 176,78	-	5 113 176,78	5 539 950,73
Fornecedores, c/c	1 207 586,75	-	1 207 586,75	1 519 634,26
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	257 293,62	-	257 293,62	244 389,31
Credores pela execução orçamento	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	305 125,87	-	305 125,87	254 825,72
Fornecedores de imobilizado, c/c	371 503,84	-	371 503,84	250 277,52
Estado e outros entes públicos	362 648,03	82 622,02	280 026,01	337 627,56
Administração Autárquica	-	-	-	-
Outros credores	1 771 559,62	-	1 771 559,62	1 920 279,59
Garantias e caucões	998 317,46	-	998 317,46	995 485,02
	10 387 211,97	82 622,02	10 304 589,95	11 062 469,71
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	4 297 715,03	1 878 756,67	2 418 958,36	2 414 533,79
Proveitos diferidos	90 759 539,62	3 793,35	90 755 746,27	89 391 302,88
	95 057 254,65	1 882 550,02	93 174 704,63	91 805 836,67
Total do Passivo	163 513 025,30	1 965 172,04	161 173 754,84	164 791 611,97
Total dos Fundos Prop. e do Passivo	360 342 276,37	1 893 798,69	358 116 242,44	338 400 604,36



Município de Leiria

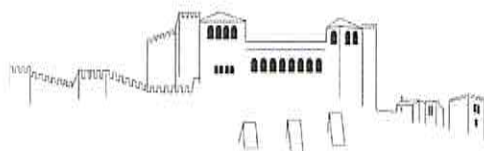
Grupo Autárquico

II.2 – Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

Entidade: Grupo Autárquico

CUSTOS E PERDAS		2015	2014
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	584,05	-
	Matérias	860.378,20	690.346,08
		860.962,25	690.346,08
62	Fornecimentos e serviços externos	26.147.105,69	25.200.605,14
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	12.228.688,11	12.255.917,68
643 a 648	Encargos sociais	3.457.187,51	3.428.618,45
63	Transferências e Sub Corr Conc e Prest Sociais	1.424.262,36	1.650.663,70
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.174.543,61	6.400.858,42
67	Provisões	9.087.555,85	6.166.408,02
		34.372.237,44	29.902.466,27
	Impostos	-	-
65	Outros custos operacionais	213.049,18	324.153,26
	Total A)	61.593.354,56	56.117.570,75
	Perdas em empresas do grupo	-	-
68	Outros juros e custos similares	1.380.815,82	3.215.612,71
	Total C)	62.974.170,38	59.333.183,46
69	Custos e perdas extraordinários	2.855.652,87	2.477.024,29
	Total E)	65.829.823,25	61.810.207,75
	Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-
	Total G)	65.829.823,25	61.810.207,75
88	Resultado líquido do exercício consolidado	21.019.128,82	12.840.460,93
		86.848.952,07	74.650.668,68
PROVEITOS E GANHOS		2015	2014
	Vendas e prestações de serviços		
7111	Mercadorias		
7112+7112	Produtos	8.868.875,44	4.742.907,70
712	Prestações de serviços	11.013.065,70	8.183.465,02
		19.882.572,62	12.926.372,72
72	Impostos e Taxas	31.865.784,93	33.236.192,56
	Variação da produção	-	-
75	Trabalhos para própria Entidade	86.967,28	76.604,09
73	Proveitos suplementares	23.771,52	11.603,64
74	Transfe e Subsídios Obtidos	19.957.154,15	19.561.634,11
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	71.397,34	56.176,53
		52.005.075,22	52.942.210,93
	Total B)	71.887.647,84	65.868.583,65
	Ganhos em empresas do grupo	-	-
78	Outros juros e proveitos similares	3.554.464,23	3.305.772,34
		3.554.464,23	3.305.772,34
	Total D)	75.442.112,07	69.174.355,99
79	Proveitos e ganhos extraordinários	11.406.840,00	5.476.312,69
	Outros	-	-
		11.406.840,00	5.476.312,69
	Total F)	86.848.952,07	74.650.668,68
	Resultados Operacionais (B)-(A):	10.294.293,28	9.751.012,90
	Resultados Financeiros (D-B)-(C-A):	2.173.648,41	90.159,63
	Resultados Correntes (D-C)	12.467.941,69	9.841.172,53
	Resultado Líquido Consolidado (F-G):	21.019.128,82	12.840.460,93
	Resultados Extraordinários	8.551.187,13	2.999.288,40

Prestação de Contas Consolidadas 2015



Município de Leiria

Câmara Municipal

II.3 - Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	22.732.831,75	Despesas Orçamentais	73.905.075,69
Execução orçamental	20.766.839,31	Correntes	48.323.960,80
Operações de tesouraria	1.965.992,44	Capital	25.581.114,89
Receitas Orçamentais	84.526.382,70	Operações de Tesouraria	4.241.531,70
Correntes	76.838.383,09	Saldo para a gerência seguinte	33.470.762,15
Capital	7.517.717,93	Execução orçamental	31.388.146,32
Outras	170.281,68	Operações de tesouraria	2.082.615,83
Operações de Tesouraria	4.358.155,09		
Total	111.617.369,54	Total	111.617.369,54

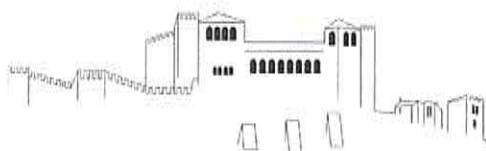
O Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo autárquico, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo autárquico como um todo durante o ano de 2015 aparece refletido no mapa supra, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a €88.884.537,79, sendo €84.526.382,70 provenientes de receitas orçamentais e €4.358.155,09 resultantes de operações de tesouraria.

Desta forma, sendo a despesa global de €73.905.075,69 em termos orçamentais, inferior em €10.621.307,01 em relação à receita efectivamente cobrada e existindo um saldo inicial de €20.766.839,31, o saldo a transitar para o ano seguinte é de €31.388.146,32.

Ao saldo anteriormente referido, acrescem €2.082.615,83 como saldo de operações de tesouraria.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "A. A." and various initials and marks.



III. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

III.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

III.1.1 Entidades incluídas no perímetro de consolidação

III.1.2 Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

III.2 Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

III.3 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

III.4 Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

III.5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros

III.6 Informações relativas a compromissos

III.7 Informações relativas a políticas contabilísticas

III.8 Informações relativas a determinadas rubricas

III.8.1 Ativo Imobilizado

III.8.2 Ativo Circulante

III.8.3 Recursos Humanos e Remuneração aos Órgãos Sociais

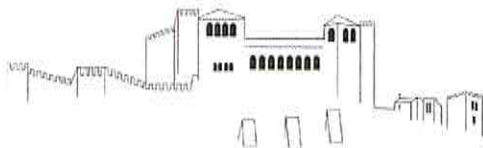
III.8.4 Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

III.8.5 Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

III.8.6 Desdobramento das contas de provisões

III.9 Informações Diversas





III.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

III.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), tendo em conta as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas e face às instruções do grupo de trabalho SATAPOCAL, as entidades que, para além do Município, fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico as empresas do setor empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

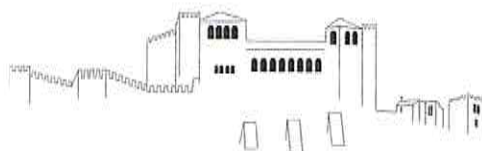
Assim, à data de 31 de dezembro de 2015, o grupo consolidante é o seguinte:

Entidades	Sede Social	Actividade Principal	N.º Trabalhadores	% de capital	Obs.
Município de Leiria	Largo da República, Leiria	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbana, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa;	635	NA	a)
Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	Apartado 71 - EC Marrazes - 2416-757 Leiria	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais;	133	100%	b)
Teatro José Lúcio da Silva	Av. Heróis de Angola, Leiria	Produção de espetáculos e actividades culturais;	20	100%	c)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro

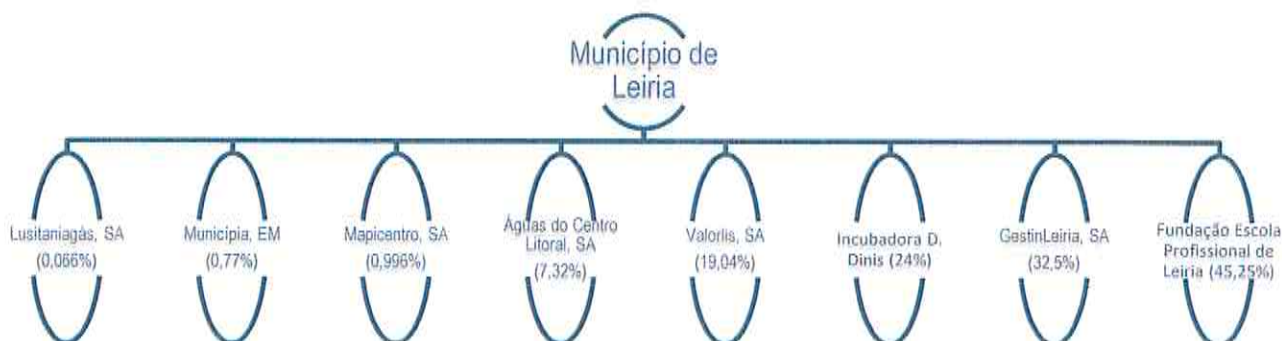
b) Entidade controlada a 100% pelo Município de Leiria, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro

c) Entidade considerada como serviço municipalizado no processo de consolidação, sendo controlada a 100% pelo Município de Leiria



III.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

O Município de Leiria detém outras participações em entidades com percentagem inferiores a 100% e onde não existe qualquer relação de domínio.



Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA

Concessionária de serviço público de distribuição de gás natural na Região Centro, foi constituída em 30 de Janeiro de 1992, tem sede em Aveiro e assinou o Contrato de Concessão com o Estado Português a 16 de Dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade no ano seguinte.

Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M, SA

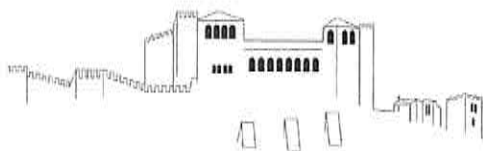
É uma sociedade anónima, enquadrada juridicamente no sector empresarial local, que opera nas áreas da fotografia aérea, cadastro, cartografia, formação, consultoria, sistemas de informação geográfica e desenvolvimento de aplicações. Atua no território continental, nas regiões autónomas e também em África. Foi fundada em 1999 e está sediada no TagusPark, em Oeiras.

Mapicentro - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos SA,

A sociedade tem por objeto a atividade de abate de gado, dando sempre prioridade aos abates a efetuar em regime de prestações de serviços a terceiros para abastecimentos público em carnes verdes dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pombal e Porto de Mós e ainda a industrialização de carnes, seus produtos e derivados e tem a sua sede em Leiria.

Águas do Centro Litoral, SA

A partir de 30 de junho de 2015, data de entrada em vigor do Decreto-lei n.º 92/2015, de 29 de maio, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do baixo Mondego – Bairrada (Águas do Mondego, S.A.) e sistema multimunicipal de saneamento do Lis (Simlis, S.A.), entre outros, passaram a integrar, por agregação, o novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral, cuja denominação social da entidade é Águas do Centro Litoral, S.A.



Município de Leiria

Grupo Autárquico

Assim, as participações que o Município de Leiria detinha nas entidades agora agregadas, converteram-se na participação nas Águas do Centro Litoral, S.A., cuja principal atividade é o tratamento de águas residuais após a sua recolha e ainda a captação, tratamento e distribuição de águas.

Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Criada a 6 de Agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós e está sediada em Leiria. O seu objetivo é a valorização e tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Alta Estremadura.

Incubadora D. Dinis

Entidade criada em julho de 2014 pelo Instituto Politécnico de Leiria, Nerlei e Município de Leiria, com a colaboração do Instituto Pedro Nunes e com sede em Leiria. Tem como missão criar uma infra-estrutura que responda às necessidades atuais e futuras da Região ao nível da produção científica, do acolhimento a entidades e empresas de elevado potencial tecnológico, da formação avançada em ciência e tecnologia e do fomento ao empreendedorismo empresarial em áreas tecnológicas.

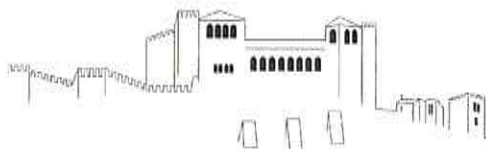
GestinLeiria, Parques Empresariais de Leiria, SA

A atividade da GestinLeiria, S.A. traduz-se na criação das condições práticas indispensáveis para a operacionalização do Parque Empresarial de Leiria e esta sediada em Leiria.

Fundação Escola Profissional de Leiria

Foi criada no dia 4 de Outubro de 1989, data da celebração do contrato-programa que lhe conferiu existência legal, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de Janeiro, com a alteração publicada no 3º suplemento da 1ª série do D.R. de 31 de Janeiro de 1989. Foram outorgantes, o Estado, representado pelo Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional, a Câmara Municipal de Leiria e a Associação Comercial de Leiria, hoje Associação Comercial e Industrial de Leiria. A 1 de Agosto de 1999, passou a designar-se Fundação Escola Profissional de Leiria. Porém, os seus objetivos mantêm-se: assegurar a consolidação do projeto da EPL, abrindo-o à participação de instituições e pessoas singulares, aprofundando a inserção da escola na região e reforçando os meios indispensáveis ao desenvolvimento das atividades de formação profissional inicial e contínua, atividades de inserção na vida ativa e outras a que se vem dedicando ou que, no futuro, seja útil realizar na prossecução dos fins da Fundação. A sede da fundação é em Leiria

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]



Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo», foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade.

Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a Orientação n.º 1/2010 remete-nos para a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) n.º 13, publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro. De acordo com o parágrafo 19 da NCRF n.º 13, uma entidade tem influência significativa se detiver 20% ou mais do poder de voto na entidade participada.

As entidades a enquadrar neste âmbito são as seguintes:

Entidade	%	Valor Aquisição Participação
Fundação Escola Profissional	45%	50.000,00
GestinLeiria, SA	32,5%*	162.500,00
Incubadora D. Dinis	24%	47.500,00

*Por deliberação da Câmara Municipal de 28 de dezembro de 2010 e aprovação pela Assembleia Municipal na sua sessão de 25 de fevereiro de 2011, foi decidido aumentar a participação no capital da empresa GestinLeiria, pela via da aquisição da participação detida pelo NERLEI.

As participações financeiras detidas pelo Município e em que este não tem influência significativa, ou seja as inferiores a 20%, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Sempre que o custo de aquisição é inferior ao preço de mercado devem ser constituídas provisões para depreciação de investimentos financeiros.

Nestes termos, o Município detém as seguintes participações à data de 31 de dezembro de 2015:

Entidade	%	Valor Aquisição Participação
Valorlis, SA	19,04%	380.800,00
Águas do Centro Litoral, SA*	7,32%	2.942.781,00
Centimfe	1,00%	3.741,00
Mapicentro, SA	0,99%	22.750,00
Município, SA	0,77%	24.950,00
Lusitaniagás, SA	0,07%	13.615,00

*A partir de 30 de junho de 2015, data de entrada em vigor do Decreto-lei n.º 92/2015, de 29 de maio, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do baixo Mondego – Bairrada (Águas do Mondego, S.A.) e sistema multimunicipal de saneamento do Lis (Simlis, S.A.), entre outros, passaram a integrar, por agregação, o novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral, cuja denominação social da entidade é Águas do Centro Litoral, S.A.



III.2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

No exercício de 2015, não foram identificados acontecimentos que possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada das contas do grupo autárquico municipal.

III.3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tendo em consideração o perímetro de consolidação e à semelhança dos anos transactos aplicou-se ao processo de consolidação o método de integração integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante com os elementos respectivos dos Balanços, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas.

Para garantir uma homogeneização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação, os documentos de prestação de contas do Teatro José Lúcio da Silva, foram convertidos para o POCAL, através das reclassificações e ajustamentos necessários, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

Nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento foram anuladas as operações internas referentes a higiene e segurança no trabalho, resíduos sólidos, empréstimos, subsídios, tarifas de ligação de saneamento e consumo de água. Foram ainda, anulados os saldos das contas 26.4 – Administração Autárquica relativa a empréstimos e quantia de dívidas cobradas coercivamente e também a transferência efetuada para cobertura das perdas de exploração.

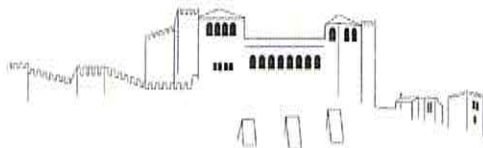
No que se refere ao Teatro José Lúcio da Silva foram anuladas as operações referentes aos subsídios obtidos e à prestação de serviços efetuada ao Município.

III.4 – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O endividamento de curto, médio e longo prazo do grupo autárquico encontra-se espelhado no mapa infra e cifra-se em €56.370.876,62.

Encontram-se ainda, identificadas as operações não orçamentais, tais como por exemplo as cauções, as garantias ou as retenções a entregar a outras entidades e o valor da contribuição do município para o Fundo Apoio Municipal (FAM).

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word "FAM" and various initials and signatures.



Município de Leiria

Grupo Autárquico

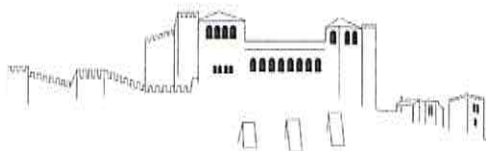
Conta	Descrição	Município	SMAS*	TJLS	Total	Observações
21	Clientes	87 440,14	318 202,04	0,00	405 642,18	
217	Clientes e utentes com cauções	87 440,14	13 076,17	0,00	100 516,31	Não Orçamental
219	Adiantamento de Clientes, Contrib. e Utentes		305 125,87		305 125,87	Curto Prazo
22	Fornecedores	270 119,72	2 031 687,85	12 403,46	2 314 211,03	
221	Fornecedores c/c	20 329,63	1 174 804,33	12 403,46	1 207 537,42	Curto Prazo
		0,00	856 883,52	0,00	856 883,52	Longo Prazo
228	Fornecedores em receção e conferencia	249 790,09	0,00	0,00	249 790,09	Curto Prazo
23	Empréstimos obtidos	48 110 446,61	0,00	0,00	48 110 446,61	
2311	Empréstimos obtidos - curto prazo	5 113 176,78	0,00	0,00	5 113 176,78	Curto Prazo
2312	Empréstimos obtidos - medio e longo prazo	42 997 269,83	0,00	0,00	42 997 269,83	Longo Prazo
24	Estado e Outros entes públicos	317 942,05	24 381,56	20 324,42	362 648,03	
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	83 031,01	23 828,65	2 407,00	109 266,66	
2421	Trabalho dependente	77 237,00	21 500,00	2 224,00	100 961,00	Não Orçamental
2422	Trabalho independente	443,01	1 642,65	35,00	2 120,66	Não Orçamental
2424	Prediais	125,00	0,00	0,00	125,00	Não Orçamental
2425	Pensões	187,00	6,00	0,00	193,00	Não Orçamental
2428	Sobretaxa extraordinaria	5 039,00	680,00	0,00	5 719,00	Não Orçamental
2429	Sobre outros rendimentos	0,00	0,00	148,00	148,00	Não Orçamental
243	Imposto sobre o valor acrescentado	964,94	0,00	12 805,09	13 770,03	
2436	IVA a pagar	964,94	0,00	12 805,09	13 770,03	Curto Prazo
244	Restantes Impostos	808,65	0,00	0,00	808,65	
2441	Imposto de Selo	808,65	0,00	0,00	808,65	Não Orçamental
245	Contribuições para a Segurança Social	229 413,31	504,06	5 112,33	235 029,70	
2451	CGA	180 644,11	39,73	0,00	180 683,84	
24511	CGA - Descontos de Pessoal	57 355,54	39,73	0,00	57 395,27	Não Orçamental
24512	CGA - Encargos autarquia	123 288,57	0,00	0,00	123 288,57	Curto Prazo
2453	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	48 769,20	452,31	5 112,33	54 333,84	
24531	IGFSS - Descontos de Pessoal	15 816,36	143,18	5 112,33	21 071,87	Não Orçamental
24532	IGFSS - Encargos da Autarquia	32 952,84	309,13	0,00	33 261,97	Curto Prazo
2452	Montepio Servidores Estado	0,00	12,02	0,00	12,02	Não Orçamental
246	Serviço Estrangeiros e Fronteiras	768,24	0,00	0,00	768,24	Não Orçamental
247	Direção Geral dos Impostos - Penhoras	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
248	Tribunais - penhoras	2 955,90	0,00	0,00	2 955,90	Não Orçamental
249	OSPML	0,00	48,85	0,00	48,85	Não Orçamental
26	Outros devedores e credores	4 642 378,69	535 231,06	319,02	5 177 928,77	
261	Fornecedores de imobilizado	1 237 145,58	39 662,94	0,00	1 276 808,52	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	331 840,90	39 662,94	0,00	371 503,84	Curto Prazo
2612	Fornecedores de imobilizado - garantias	897 801,15	0,00	0,00	897 801,15	Não Orçamental
2618	Fornecedores de imobilizado c/c conferencia	7 503,53	0,00	0,00	7 503,53	Curto Prazo
262	Pessoal	59 176,28	0,00	215,14	59 391,42	
2621	Remunerações a Pagar	0,00	0,00	215,14	215,14	Curto Prazo
2629	Outras operações c/o Pessoal	59 176,28	0,00	0,00	59 176,28	Não Orçamental
263	Sindicatos	1 635,98	0,00	103,88	1 739,86	Não Orçamental
264	Dívidas Cobradas Coercivamente - SMAS	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
266	Internalização	192 494,56	0,00	0,00	192 494,56	Curto Prazo
268	Devedores e credores diversos	3 151 926,29	495 568,12	0,00	3 647 494,41	
2681	Outros Credores Diversos	760,63	2 144,99	0,00	2 905,62	Não Orçamental
2683	Credores Administrações Públicas - FAM	2 847 881,79	0,00	0,00	2 847 881,79	
26831	Fundo Apoio Municipal - M/L prazo	2 373 234,79	0,00	0,00	2 373 234,79	FAM
26832	Fundo Apoio Municipal - curto prazo	474 647,00	0,00	0,00	474 647,00	FAM
2684	Credores de transferencias das autarquias	264 263,52	0,00	0,00	264 263,52	Curto Prazo
2685	Credores por descontos de pessoal	11 299,28	0,00	0,00	11 299,28	Não Orçamental
		0,00	38 627,68	0,00	38 627,68	Curto Prazo
2686/9	Credores diversos - Outros	27 721,07	454 795,45	0,00	482 516,52	Não Orçamental
Total das Dívidas a Terceiros		53 428 327,21	2 909 502,51	33 046,90	56 370 876,62	
Contribuição do Município para o FAM		2 847 881,79	0,00	0,00	2 847 881,79	
Total das Dívidas a Terceiros sem o FAM		50 580 445,42	2 909 502,51	33 046,90	53 522 994,83	
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		42 997 269,83	856 883,52	0,00	43 854 153,35	
Dívidas a terceiros - Curto Prazo		6 375 625,71	2 013 325,40	25 423,69	8 414 374,80	
Dívida Não Orçamental - Operações de Tesouraria		1 207 549,88	39 293,59	7 623,21	1 254 466,68	

* Na dívida dos SMAS não foi considerado o saldo credor da conta 26.4, relativa aos empréstimos, dado que estes já se encontram relevados na dívida do Município

Prestação de Contas Consolidadas 2015

• Largo da República, 2414-006 Leiria • N.I.P.C.: 505 181 266 •

• Telef.: 244 839 500 • N.º Verde: 800 202 791 • Sítio: www.cm-leiria.pt • email: cmleiria@cm-leiria.pt •



Município de Leiria

Grupo Autárquico

Após movimentos de consolidação, ou seja, agregação dos diferentes elementos, segundo a sua natureza e eliminação das operações internas, nomeadamente créditos e débitos das entidades que integram o perímetro de consolidação, elaborou-se o seguinte mapa de endividamento consolidado:

Descrição	Dívida Consolidada
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos	46.227.388,19
Empréstimos obtidos	42.997.269,83
Outros credores e FAM	3.230.118,36
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	10.304.589,95
Empréstimos obtidos - curto prazo	5.113.176,78
Fornecedores, c/c	1.464.880,37
Adiantamentos de clientes	305.125,87
Fornecedores de imobilizado, c/c	371.503,84
Estado e outros entes públicos	280.026,01
Outros credores e FAM	1.771.559,62
Garantias e cações	998.317,46
Total da Dívida Consolidada	56.531.978,14

Verifica-se que o total da dívida consolidada a terceiros, à data de 31 de dezembro de 2015, é de €56.531.978,14.

Destes valores fazem parte as dívidas de curto prazo, no montante de €10.304.589,95, onde se encontra refletido o montante de €5.113.176,78 relativo às amortizações a liquidar no ano seguinte.

A dívida de longo prazo totaliza €46.227.388,19 e diz respeito à parte dos empréstimos cujo vencimento vai para além de 2015 e que se cifra em €42.997.269,83. Reflete também, o montante de €2.373.234,79 relativo à parte do Fundo de Apoio Municipal, cujo prazo é superior a 1 ano.

Maturidade e Natureza da Dívida Bruta

As dívidas a terceiros de longo prazo, vencíveis a 4 ou mais anos, encontram-se espelhadas no mapa infra, bem como a finalidade para a qual foram contraídas.



Município de Leiria

Grupo Autárquico

Finalidade do Empréstimo	Entidade e Credora	Valor do Empréstimo		Data		Capital em dívida no final de			
		Contratado	Utilizado	Visto TC	Vencimento	2016	2017	2018	2019
Programa Pagar a Tempo e	DGTF	3.814.400,00	3.814.400,00	20-10-2008	06-10-2018	1.144.320,00	381.440,00	0,00	0,00
Obras Inscritas no Plano	TOTTA	4.347.023,67	4.347.023,67	27-07-2001	01-02-2019	1.086.755,83	857.965,03	629.174,23	400.383,43
PREDE	DGTF	4.274.320,00	4.274.320,00	04-05-2009	24-04-2019	1.112.863,37	667.717,93	222.572,49	0,00
S.M.A.S.	TOTTA	1.496.393,69	1.496.393,69	27-07-2001	18-07-2021	374.098,46	295.340,90	216.583,34	137.825,71
Obras Inscritas no Plano	BPI	2.457.630,00	2.457.630,00	19-10-2006	26-07-2021	877.725,00	702.180,00	526.635,00	351.090,00
Estádio Municipal EURO	BPI	22.460.000,00	22.460.000,00	11-06-2003	06-06-2023	7.486.666,64	6.238.888,86	4.991.111,08	3.743.333,30
Estádio Municipal EURO	BPI	9.700.000,00	9.700.000,00	18-12-2003	02-12-2023	4.041.666,60	3.502.777,72	2.963.888,84	2.424.999,96
Remodelação Estádio(LSP)	BPI/CGD	17.272.835,20	17.272.835,20	05-02-2014	15-09-2028	14.774.825,42	13.841.049,54	12.852.091,16	11.804.659,24
Estádio Municipal EURO	DEXIA	12.644.526,00	10.252.318,35	25-10-2007	05-11-2032	6.561.483,69	6.151.390,95	5.741.298,21	5.331.205,47
Estádio Municipal EURO	DEXIA	9.700.000,00	8.651.351,36	25-10-2007	05-11-2032	5.536.864,82	5.190.810,76	4.844.756,70	4.498.702,64
Totais		100.610.683,74	87.169.827,43	-	-	42.997.269,83	37.829.561,69	32.988.111,05	28.692.199,75

III.5 - Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os mapas relativos aos fluxos financeiros do ano de 2015, refletem a informação apurada pelo Município de Leiria enquanto entidade consolidante e a informação reportada pelas entidades consolidadas.

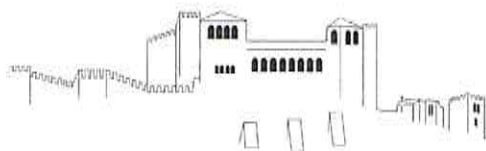
Tipo de fluxos	SMAS / MI									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Subsídios	0,00				0,00	0,00	170.005,47		170.005,47	0,00
Empréstimos	0,00	230.635,58	0,00	230.635,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379.141,14	3.678,00	375.463,14	0,00
Outros	1.312.433,58	2.947.017,43	0,00	2.380.694,34	1.878.756,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hig. Seg e Saúde	2.062,18	4.076,70	0,00	6.138,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela de Terreno	0,00	18,87	0,00	18,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resíduos Sólidos	1.310.371,40	2.942.921,86	0,00	2.374.536,59	1.878.756,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.312.433,58	3.177.653,01	0,00	2.611.329,92	1.878.756,67	0,00	549.146,61	3.678,00	545.468,61	0,00

Tipo de fluxos	TILS / MI									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Subsídios	-				-		398.520,00		398.520,00	-
Relações Comerciais		6.044,58		6.044,58	-	4.234,89	60.505,08		64.739,97	-
Total	-	6.044,58	-	6.044,58	-	-	459.025,08	-	463.259,97	-

Tipo de fluxos	TILS / SMAS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Relações Comerciais	-	132,41	-	132,41	-					-
Total	-	132,41	-	132,41	-	-	-	-	-	-

Tipo de fluxos	SMAS / TILS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Relações Comerciais	-	-	-	-	-		132,41		132,41	-
Total	-	-	-	-	-	-	132,41	-	132,41	-

Prestação de Contas Consolidadas 2015



III.6 – Informações relativas a compromissos

Os compromissos relativos a exercício futuros do grupo autárquico são os seguintes:

Rubrica Orçamental	Município	SMAS	Total
Despesas com Pessoal	61.982,91		61.982,91
Aquisição de Bens e Serviços	6.264.893,38		6.264.893,38
Transferências Correntes	3.293.828,50		3.293.828,50
Outras Despesas Correntes	18.864,00		18.864,00
Aquisição de Bens de Capital	370.947,78	939.440,67	1.310.388,45
Transferências de Capital	2.289.874,80		2.289.874,80
Ativos Financeiros	2.847.881,79		2.847.881,79
Total	15.148.273,16	939.440,67	16.087.713,83

III.7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os definidos no ponto 4 do POCAL, sendo as provisões para riscos e encargos determinadas pelo ponto 2.7.1 e as amortizações calculadas com base no ponto 2.7.2 do POCAL e pelo estabelecido no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril. Relativamente ao CIBE à que destacar o definido no artigo 34.º - Materialidade, onde é estabelecida uma taxa de amortização de 100% para os bens cujo valor de aquisição é inferior a 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime da função pública, que no ano de 2015 foi de €343,28 (80% significa €274,62).

Bens do domínio público

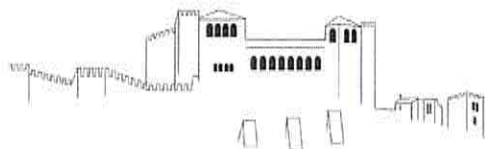
Os bens do domínio público são registados pelo custo de aquisição ou pelo valor atribuído pela Comissão de Avaliação.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE, com a observância da materialidade, sendo definido um período máximo de cinco anos para as despesas de instalação, investigação e desenvolvimento (4.1.8 do POCAL).



Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou de produção. Quando se trata de imobilizações corpóreas obtidas a título gratuito, são utilizados dois procedimentos mediante a natureza do imobilizado. Nos bens móveis, ex. bens cedidos às escolas pelos Agrupamentos, se existir o documento de despesa, valoriza-se o bem de acordo com o custo, se não existir documento, o valor atribuído será zero. No caso dos bens imóveis, cedências de loteamentos, é a Comissão de Avaliação que atribui o valor.

Os bens são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, às taxas fixadas no CIBE, respeitando o definido na materialidade.

Investimentos financeiros

Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade.

Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a Orientação n.º 1/2010 remete-nos para a NCRF n.º 13, publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

De acordo com o parágrafo 19 da NCRF n.º 13, uma entidade tem influência significativa se detiver 20% ou mais do poder de voto na entidade participada.

Existências

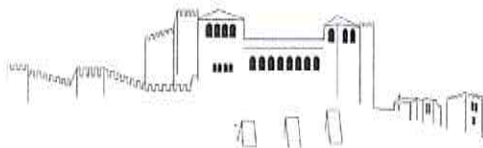
As existências estão valorizadas ao custo de aquisição. O custo é calculado da seguinte forma:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	Custo de aquisição e despesas adicionais
--	---	---

O critério de movimentação das saídas é o custo médio ponderado.

Acréscimos e diferimentos

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os subsídios ao investimento são contabilizados com a emissão da guia de recebimento.



Município de Leiria

Grupo Autárquico

Provisões

A constituição de provisões diz respeito às situações a que estejam associados riscos e que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades. Assim, foram consideradas as cobranças duvidosas, a depreciação de existências e riscos e encargos.

Para efeitos de constituição de provisão para cobranças duvidosas, consideraram-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura destas dívidas é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% -Dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% -Dívidas em mora há mais de 12 meses.

Para efeitos de constituição da provisão para depreciação de existências, consideraram-se as existências em armazém há mais de um ano que não tiveram qualquer movimento de entrada e atualização de preços durante o ano de 2015. O montante anual acumulado de provisão resulta das diferenças entre o custo de aquisição e o preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Para cálculo de provisões para riscos e encargos são considerados todos os pedidos de ressarcimento de danos por responsabilidade civil extracontratual e processos judiciais em que são solicitados e conhecidos os valores de indemnizações por danos materiais.

O apuramento de provisões para riscos e encargos inclui ainda valores calculados no âmbito dos art.º 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Dívidas de e a terceiros

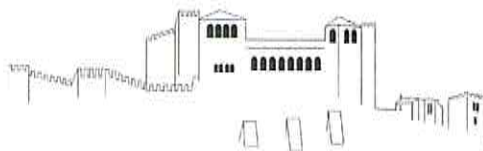
As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo registadas em euros.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

A informação contabilística relativa ao ano de 2015 é comparável com a prestada em 2014, dado que foram mantidas as políticas contabilísticas e os princípios contabilísticos geralmente aceites.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ff', 'uf', 'A', 'R', 'Ja', 'D', 'Vot', and 'C']

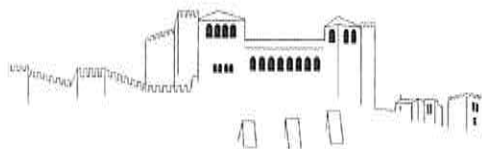


III.8 – Informações relativas a determinadas rubricas

III.8.1 - Ativo Imobilizado

Os quadros seguintes descrevem os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, durante o exercício de 2015.

EUROS						Ano: 2015	Ano: 2014
Rubricas	Saldo Inicial	ACTIVO BRUTO				Saldo Final	Saldo Final
		Reavaliações / ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates		
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	39 313 373,16	0,00	2 485 111,74	0,00	9 723 055,34	51 521 540,24	39 313 373,16
Terrenos e recursos naturais	5 059 479,07	0,00	927 322,44	0,00	372 894,66	6 359 696,17	5 059 479,07
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	10 870 021,12	0,00	1 557 789,30	0,00	9 345 178,68	21 772 989,10	10 870 021,12
Bens do património histórico, artístico e cultural	96 315,73	0,00	0,00	0,00	4 982,00	101 297,73	96 315,73
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso de bens de domínio público	23 287 557,24	0,00	0,00	0,00	0,00	23 287 557,24	23 287 557,24
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	3 243 309,47	690,00	466 760,66	0,00	158 087,85	3 868 847,98	3 243 309,47
Despesas de instalações	1 467 799,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1 467 799,47	1 467 799,47
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	1 364 490,25	690,00	350 833,31	0,00	305 507,40	2 021 520,96	1 481 534,93
Planos e Projectos	117 044,68	0,00	2 152,35	0,00	0,00	119 197,03	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	293 975,07	0,00	113 775,00	0,00	-147 419,55	260 330,52	293 975,07
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	301 258 776,09	1 246 686,30	15 587 389,51	215 813,82	-10 373 530,75	307 503 507,33	301 258 776,09
Terrenos e recursos naturais	10 432 514,89	637 190,70	609 220,00	0,00	0,00	11 678 925,59	10 432 514,89
Edifícios e outras construções	166 270 016,18	609 495,60	161 762,40	70 553,00	2 919 764,17	169 890 485,35	166 270 016,18
Equipamento básico	16 745 473,21	0,00	598 912,49	136 764,39	649 059,98	17 856 681,29	16 745 473,21
Equipamento de transporte	1 504 709,09	0,00	8 420,09	4 140,55	0,00	1 508 988,63	1 504 709,09
Ferramentas e utensílios	149 628,78	0,00	4 054,83	0,00	-544,19	153 139,42	149 628,78
Equipamento administrativo	4 303 692,60	0,00	128 016,46	4 355,88	364 386,61	4 791 739,79	4 303 692,60
Taras e vasilhame	8 458,87	0,00	0,00	0,00	0,00	8 458,87	8 458,87
Outras imobilizações corpóreas	423 651,01	0,00	7 057,53	0,00	35 238,10	465 946,64	11 246 529,34
Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	101 420 631,46		14 069 945,71	0,00	-14 341 435,42	101 149 141,75	90 597 753,13
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	19 549 170,99	271 003,55	2 942 781,00	0,00	-2 942 781,00	19 820 174,54	19 549 170,99
Partes de capital	3 917 188,87	822,60	2 942 781,00	0,00	-2 942 781,00	3 918 011,47	3 917 188,87
Obrigações e títulos de participação (FAM)	3 322 528,79	0,00	0,00	0,00	0,00	3 322 528,79	3 322 528,79
Investimentos em imóveis	1 321 575,00	270 180,95	0,00	0,00	0,00	1 591 755,95	1 321 575,00
Outras aplicações financeiras	165 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165 000,00	165 000,00
Imobilizado em Curso	10 822 878,33					10 822 878,33	10 822 878,33
TOTAL	363 364 629,71	1 518 379,85	21 482 042,91	215 813,82	-3 435 168,56	382 714 070,09	363 364 629,71



Município de Leiria

Grupo Autárquico

Mapa das Amortizações e Provisões Consolidado - 2015

	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público	2 815 779,03	1 385 687,66	3 750 703,15	7 952 169,84
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	2 815 779,03	1 385 397,04	3 750 703,15	7 951 879,22
Bens de património histórico, artístico e cultural	-	290,62	-	290,62
Outros bens de domínio público	-	-	-	-
De imobilizações incorpóreas	2 770 316,40	248 808,32	269 395,29	3 288 520,01
Despesas de instalação	1 482 867,43	-	-	1 482 867,43
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	1 194 797,33	235 242,72	269 395,29	1 699 435,34
Planos e Projectos	92 651,64	13 565,60	-	106 217,24
Outros	-	-	-	-
De imobilizações corpóreas	74 543 301,63	6 537 885,31	472 267,72	81 553 454,66
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	55 946 679,50	4 905 628,03	286 530,53	61 138 838,06
Equipamento básico	13 400 251,37	1 089 898,12	149 789,17	14 639 938,66
Equipamento de transporte	1 344 846,27	44 706,94	4 140,55	1 385 412,66
Ferramentas e utensílios	137 997,00	6 092,55	1 240,37	142 849,18
Equipamento administrativo	3 389 885,74	454 395,32	39 949,00	3 884 230,06
Taras e vasilhame	7 841,71	45,64	-	7 887,35
Outras imobilizações corpóreas	315 800,04	37 18,71	1 379,94	354 298,69
De investimentos financeiros	977 774,94	18 682,01	- 756 355,00	240 101,95
Partes de capital	921 355,00	-	- 756 355,00	165 000,00
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
De investimentos em imóveis	56 419,94	18 682,01	-	75 101,95
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	56 419,94	18 682,01	-	75 101,95
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
TOTAL	81 107 172,00	8 191 063,30	3 736 011,16	93 034 246,46

III.8.2 - Ativo Circulante

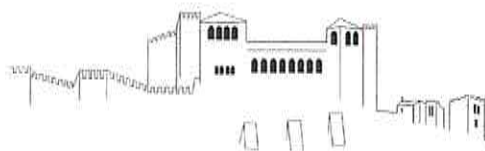
O mapa infra demonstra a evolução das dívidas de terceiros do grupo consolidante.

Dívidas de terceiros	2011	2012	2013	2014	2015
Empréstimos concedidos	360.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00
Clientes c/c	1.127.543,82	1.459.780,48	929.583,71	662.140,45	68.046,21
Contribuintes c/c	844.903,39	794.233,04	803.246,62	748.582,04	208.527,43
Utentes c/c	3.159.428,53	2.548.745,14	1.967.265,54	2.086.433,58	2.654.725,64
Clientes de cobrança duvidosa	52.974,75	36.731,12	133.042,17	1.584.723,67	2.509.920,19
Estado e outros entes públicos	98.806,43	157.812,97	198.475,75	161.149,26	27.146,06
Outros devedores	3.791.543,63	3.329.831,78	1.647.789,85	2.416.844,94	2.098.238,69
Total	9.435.200,55	8.687.134,53	6.039.403,64	8.019.873,94	7.926.604,22

Prestação de Contas Consolidadas 2015

• Largo da República, 2414-006 Leiria • N.I.P.C.: 505 181 266 •

• Telef.: 244 839 500 • N.º Verde: 800 202 791 • Sítio: www.cm-leiria.pt • email: cmleiria@cm-leiria.pt •



Município de Leiria

Grupo Autárquico

III.8.3 – Recursos Humanos e Remunerações aos Órgãos Sociais

De acordo com o artigo 62º da Lei do OE2015, que regula a gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local, verifica-se que o Município de Leiria se enquadra no n.º 4, ou seja:

- i. Municípios que em 31 de Dezembro de 2014 se encontravam abaixo do limite de 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, e
- ii. Que no exercício de 2014 tenha registado despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante inferior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

O quadro infra demonstra a evolução do número de trabalhadores do Universo Municipal, a saber, os trabalhadores do Município, os trabalhadores dos Serviços Municipalizados, os trabalhadores transitados para o município via extinção da empresa municipal Leirisport e os trabalhadores do Teatro José Lúcio da Silva.

Número de Trabalhadores					
Anos	2011	2012	2013	2014	2015
N.º	906	832	780	745	716

Da análise ao quadro, conclui-se que houve uma redução de 29 recursos humanos, o que significa uma redução de 4% face ao ano anterior.

No que se refere às remunerações dos Órgãos Sociais do perímetro de consolidação, apenas foram atribuídas pela entidade consolidante aos membros dos órgãos autárquicos.

Entidade	Remunerações €
Município	193.958,02
SMAS	-
TJLS	-



Município de Leiria

Grupo Autárquico

III.8.4 - Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Código das contas	2015	2014	Código das contas	2015	2014
681 - Juros Suportados	1.275.574,72	1.673.034,27	781 - Juros Obtidos	72.292,12	34.247,61
682 - Perdas em Entidades Participadas	-	1.424.151,23	782 - Ganhos Em Entidades Participadas	-	-
683 - Amortizações Investimentos em Imóveis	16.519,69	16.357,08	783 - Rendimentos de Imóveis	3.021.516,68	3.032.991,68
684 - Provisões Para Aplicações Financeiras	-	-	784 - Rendimentos de Participações de Capital	417.711,49	221.684,10
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	-	-	785 - Diferenças de Câmbio Favoráveis	-	-
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	-	786 - Desc. de Pto. Pagamento Obtidos	163,47	107,51
688 - Outros Custos e Perdas Financeiras	88.721,41	102.070,13	787 - Ganhos na Alien. Aplic. Tesouraria	-	-
RESULTADOS FINANCEIROS	2.173.648,41	90.159,63	788 - Outros Prov. E Ganhos Financeiros	42.780,47	16.741,44

III.8.5 - Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

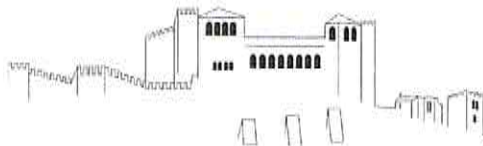
Código das contas	2015	2014	Código das contas	2015	2014
691 - Transferências De Capital Concedidas	1.515.033,39	1.526.166,49	791 - Restituição de Impostos	0,00	0,00
692 - Dívidas Incobráveis	0,00	1.756,59	792 - Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas Em Existências	33.121,77	33.578,51	793 - Ganhos em Existência	49.298,18	51.667,84
694 - Perdas Em Imobilizações	81.413,72	302.138,34	794 - Ganhos Imobilizações	195.891,59	289.955,70
695 - Multas E Penalidades	409,88	169,88	Contratuais	209.476,92	279.500,81
696 - Aumentos Amortiz. Provisões	0,00	0,00	796 - Reduções Amort. Provisões	7.051.998,54	1.365.703,44
697 - Correções Rel. Exer. Anteriores	1.170.789,28	581.549,59	797 - Correções Relat. Exer. Anteriores	329.088,53	293.186,33
Extraordinários	54.884,83	31.664,89	Extraordinários	3.571.086,24	3.196.298,57
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	8.551.187,13	2.999.288,40			

III.8.6 - Desdobramento das contas de provisões

No exercício de 2015, do grupo autárquico municipal, as provisões tiveram os seguintes movimentos:

Conta	Provisões	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 - Aplicações de tesouraria	-	-	-	-	-
29.1 - Cobranças duvidosas	1 268 660,64	784 677,17	23 422,62	2 029 915,19	
29.2 - Riscos e encargos	9 616 542,47	8 302 878,68	6 452 349,08	11 467 072,07	
39 - Depreciação de existências	6 253,24	-	877,31	5 375,93	
49 - Investimentos financeiros	921 355,00	-	756 355,00	165 000,00	
Total	11 812 811,35	9 087 555,85	7 233 004,01	13 667 363,19	

Prestação de Contas Consolidadas 2015



Município de Leiria

Grupo Autárquico

O aumento das provisões para cobranças duvidosas deve-se principalmente à dívida oriunda da empresa municipal Leirisport, dado que, apesar dos esforços efetuados pelos serviços municipais de cobranças de dívidas, ainda não foi possível efetuar a sua boa cobrança.

Verifica-se um aumento das provisões para riscos e encargos. No entanto não foi constituída provisão ao abrigo do artigo 16º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL), pois as entidades do grupo autárquico não apresentaram perdas de exploração.

As provisões para depreciação de existências tiveram em conta em existências em armazém, há mais de um ano, que não tiveram qualquer movimento de entrada e a atualização de preços à data de 31 de dezembro. Tendo em conta que o grupo autárquico usa, para valorização das existências, o método do custo médio ponderado, verifica-se que a maioria dos bens se encontra valorizado correctamente, daí o montante provisionado.

Relativamente aos Investimentos Financeiros, foi anulada a provisão constituída para a Simlis, pois, ao abrigo do Decreto-lei n.º 92/2015, de 29 de maio, esta entidade passou a integrar, por agregação, o novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral – Águas do Centro Litoral, S.A, entidade com capitais próprios positivos.

III.9 - Informações diversas

Dívida Total Consolidada

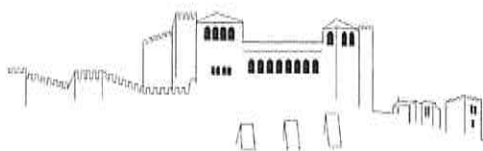
A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, que engloba entidades para além das que fazem parte do perímetro de consolidação, regendo-se pelos seguintes normativos:

Relativamente ao perímetro de consolidação não é correto assumir-se que o mesmo corresponde obrigatoriamente ao perímetro das entidades relevantes para efeitos de apuramento dos limites dívida total, isto, designadamente, porque:

- As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram (em regra, a respetiva dívida de operações orçamentais é imputada de forma proporcional à quota do município para as suas despesas de funcionamento) e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integramos perímetros de consolidação de qualquer município;
- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu

Prestação de Contas Consolidadas 2015

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A.', 'L.', and 'M.', along with various scribbles and checkmarks.]



capital (conforme artigos n.º 75º, n.º 6, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (conforme artigo n.º 54º, n.º 1, al. c), do RFALEI e artigos 40º e 41º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto);

- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (conforme artigo n.º 75º, n.º 4, al. c), e n.º 5 do RFALEI), sendo a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios (conforme artigo n.º 54º, n.º 1, al. d), do RFALEI);
- Finalmente, as empresas participadas (artigo n.º 3º e 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades consolidantes (pois, neste caso, não é susceptível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos municípios participantes.

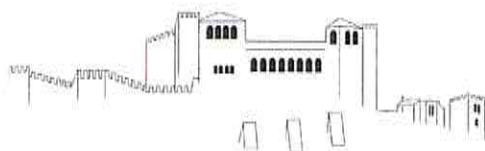
Assim, não se podem confundir ou pretender que sejam idênticos os perímetros das entidades relevantes para o limite da dívida total dos municípios e para a sua consolidação de contas ou das entidades intermunicipais e associativas municipais.

Face ao exposto e tendo em conta os dados publicados pela DGAL, o limite da dívida total para 2015 é €98.981.634,00, como se demonstra no quadro seguinte:

Receita Corrente Líquida	Valores €
Ano 2012	61.382.478,00
Ano 2013	66.868.834,00
Ano 2014	69.711.956,00
Média dos 3 anos	65.987.756,00
1,5 vezes a Média	98.981.634,00

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados. Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento, a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos.

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2014 seja

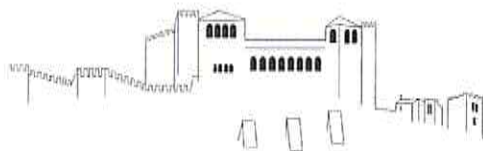


inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja *"...só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios"*.

De acordo com o explanado, a dívida total das operações orçamentais das entidades consolidadas é de €56.370.876,62.

Descrição	Município	SMAS	TJLS	Total
Total das Dívidas a Terceiros (a)	53 428 327,21	2 909 502,51	33 046,90	56 370 876,62
Contribuição do Município para o FAM (b)	2 847 881,79	-	-	2 847 881,79
Dívida Não Orçamental - Operações de Tesouraria (c)	1 207 549,88	39 293,59	7 623,21	1 254 466,68
Dívida Total das Operações Orçamentais (d=a-b-c)	49 372 895,54	2 870 208,92	25 423,69	52 268 528,15

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A.', 'R.', 'J.', 'V.', and others, arranged vertically.]



Município de Leiria

Grupo Autárquico

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

IV. Relatório de Gestão Consolidado

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

Handwritten signatures in blue ink, arranged vertically on the right margin of the page.



IV – Relatório de Gestão Consolidado

Enquadramento

A consolidação de contas apresenta-se como uma ferramenta de gestão que tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), tendo em conta as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas e face às instruções do grupo de trabalho SATAPOCAL, as entidades que, para além do Município, fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico são as empresas do setor empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

Entidades a consolidar

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA

Os SMAS de Leiria, têm como principal atividade a captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais.

TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA

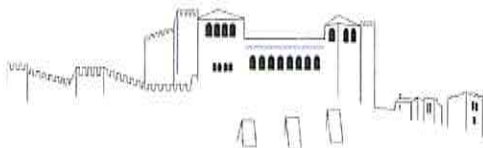
O Teatro José Lúcio da Silva tem como principal atividade a produção de espetáculos e atividades culturais. Esta entidade foi considerada como um serviço municipalizado no processo de consolidação.

Síntese da Atividade Consolidada

Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício de 2015, dando a conhecer, por um lado, o Activo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JL', 'A.', 'Rif', 'AS', 'A.', 'PD', 'RGA', and 'C']



Município de Leiria

Grupo Autárquico

estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

Relativamente ao ano de 2015, o ativo consolidado cifra-se em €358.116.242,44, o passivo consolidado em €161.173.754,84 e os fundos próprios do grupo autárquico totalizam €196.942.487,60.

Balanço Consolidado	2015	2014
Ativo	358.116.242,44	338.400.604,36
Ativo Fixo	289.679.823,63	282.257.457,71
Bens do domínio público	43.569.370,40	36.497.594,13
Imobilizações incorpóreas	580.327,97	472.993,07
Imobilizações corpóreas	225.950.052,67	226.715.474,46
Investimentos financeiros	19.580.072,59	18.571.396,05
Ativo Circulante	40.024.520,91	30.211.870,05
Existências	657.069,73	727.825,00
Dívidas de terceiros	5.896.689,03	6.751.213,30
Depósitos em instituições financeiras e caixa	33.470.762,15	22.732.831,75
Acréscimos e diferimentos	28.411.897,90	25.931.276,60
Fundos próprios	196.942.487,60	173.608.992,39
Património	101.221.272,03	91.867.838,93
Ajustamentos de partes de capital em associados	217.314,79	261.881,91
Reservas de reavaliação	163.047,40	163.047,40
Reservas legais	22.913.074,54	22.340.226,43
Reservas Livres	55.673,33	55.673,33
Subsídios	58.178,59	58.178,59
Reservas Doações	5.812.471,86	5.749.062,26
Reservas decorrentes da transferência de ativos	12.642.027,38	12.642.027,38
Resultados transitados	32.840.298,86	27.630.595,23
Resultado líquido do exercício	21.019.128,82	12.840.460,93
Passivo	161.173.754,84	164.791.611,97
Provisão para riscos e encargos	11.467.072,07	8.136.471,74
Dívidas a instituições de crédito de m/l prazo	46.227.388,19	53.786.833,85
Empréstimos de m/l prazo	42.997.269,83	49.225.184,90
Outros credores de m/l prazo	2.373.234,84	2.847.881,79
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	856.883,52	1.713.767,16
Dívidas a terceiros - curto prazo	10.304.589,95	11.062.469,71
Acréscimos e diferimentos	93.174.704,63	91.805.836,67
Fundos próprios + Passivo	358.116.242,44	338.400.604,36

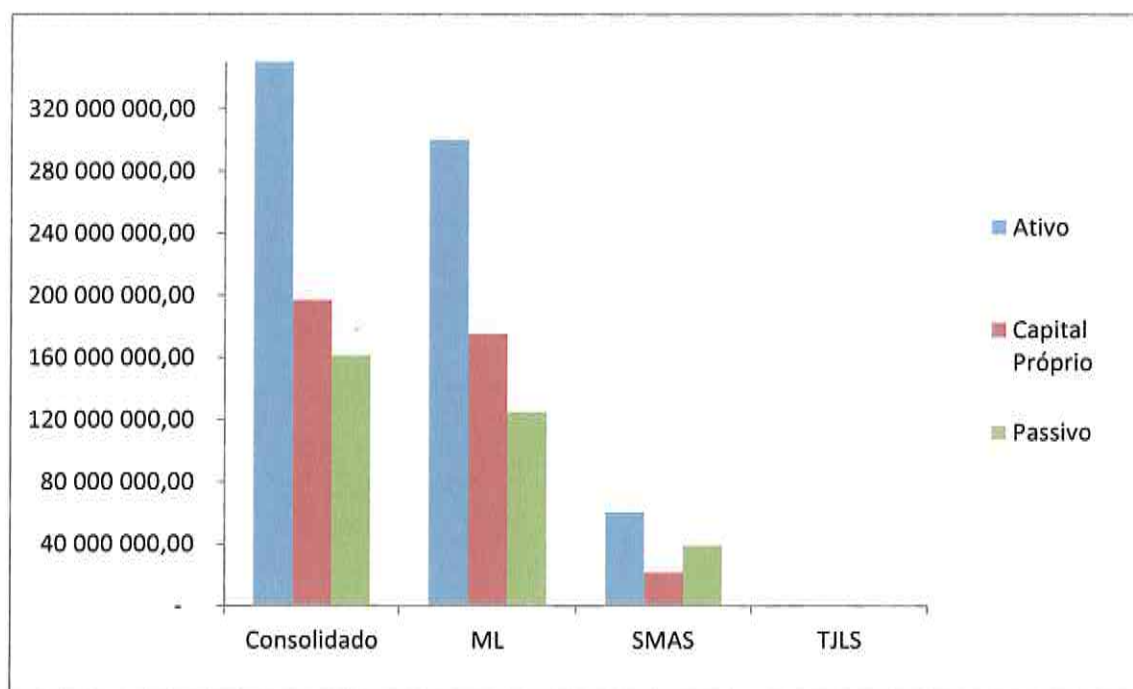
Prestação de Contas Consolidadas 2015



Município de Leiria

Grupo Autárquico

O gráfico seguinte mostra a composição do balanço, quer consolidado, quer das entidades individuais.



O resultado líquido consolidado de 2015 foi de €21.019.128,82, verificando-se um incremento face ao período homólogo, no montante de €8.178.667,89.

Demonstração de Resultados

A estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do grupo durante o ano de 2015.

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingindo de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerir fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do Grupo Autárquico, podemos, desde logo, constatar que são os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos Proveitos há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis por mais de metade dos proveitos do grupo autárquico.

O resultado líquido do exercício traduz uma capacidade do grupo autárquico em gerar proveitos para fazer face aos custos e criar margem para continuar a consolidar o investimento. Verifica-se que o resultado final do exercício tem a sua origem quer na atividade operacional, quer na atividade extraordinária do grupo consolidado.

Prestação de Contas Consolidadas 2015



Município de Leiria

Grupo Autárquico

CUSTOS	2015	2014	PROVEITOS	2015	2014
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	860.962,25	690.346,08	Vendas e prestações de serviço:	19.882.572,62	12.926.372,72
Fornecimentos e serviços externos	26.147.105,69	25.200.605,14	Impostos e Taxas	31.865.784,93	33.236.192,56
Custos com o pessoal:	15.685.875,62	15.684.536,13	Variação da produção	-	-
Transferências e Sub Corr Conce e Prest Sociais	1.424.262,36	1.650.663,70	Trabalhos para própria Entidade	86.967,28	76.604,09
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.174.543,61	6.400.858,42	Proveitos suplementares	23.771,52	11.603,64
Provisões	9.087.555,85	6.166.408,02	Transferências e Subsídios	19.957.154,15	19.561.634,11
Outros custos operacionais	213.049,18	324.153,26	Outros proveitos e ganhos operacionais	71.397,34	56.176,53
Total A)	61.593.354,56	56.117.570,75	Total B)	71.887.647,84	65.868.583,65
Outros juros e custos similares	1.380.815,82	3.215.612,71	Outros juros e proveitos similares	3.554.464,23	3.305.772,34
Total C)	62.974.170,38	59.333.183,46	Total D)	75.442.112,07	69.174.355,99
Custos e perdas extraordinários	2.855.652,87	2.477.024,29	Proveitos e ganhos extraordinários	11.406.840,00	5.476.312,69
Total E)	65.829.823,25	61.810.207,75	Total F)	86.848.952,07	74.650.668,68
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-			
Total G)	65.829.823,25	61.810.207,75			
Resultado líquido do exercício consolidado	21.019.128,82	12.840.460,93			
	86.848.952,07	74.650.668,68			

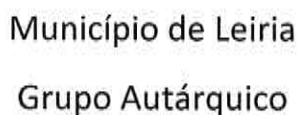
Indicadores Económicos e Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que pelo facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação económica do grupo autárquico.

São geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento.

No entanto, no caso do grupo autárquico, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores do grupo consolidado permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.



Também a autonomia financeira evolui positivamente, apresentando valores superiores a 1, que significa que o Grupo Autárquico se caracteriza por uma fraca dependência do financiamento externo.